

O empreendedorismo popular como busca por dignidade entre camelôs em Campos dos Goytacazes, RJ

Letícia Tostes Vieira Bolckau

<https://orcid.org/0009-0002-6603-0459> – tvb.leticia@gmail.com

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Fabício Barbosa Maciel

<https://orcid.org/0000-0003-4553-6223> – macielfabricio@gmail.com

Universidade Federal Fluminense (UFF). Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Resumo

Esta pesquisa analisa como camelôs de Campos dos Goytacazes constroem sentidos de dignidade em suas trajetórias de trabalho. Em um cenário de precarização das relações laborais, o empreendedorismo popular emerge como alternativa à ausência de garantias formais. A pesquisa adota abordagem qualitativa baseada na metodologia dos retratos sociológicos de Bernard Lahire (2004), por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante no Shopping Popular Michel Haddad. A técnica visa a reconstruir trajetórias individuais a partir de múltiplas dimensões de socialização, buscando compreender disposições incorporadas ao longo da vida. Concluiu-se que frente à pouca qualificação exigida para o “saber fazer”, os camelôs constroem uma moral do trabalho ancorada no imprevisto e na sobrevivência.

Palavras-chave: empreendedorismo popular, trabalho, dignidade, capitalismo contemporâneo, identidade.

Popular entrepreneurship as a quest for dignity among street vendors in Campos dos Goytacazes, RJ

Abstract

This research analyzes how street vendors in Campos dos Goytacazes build a sense of dignity in their work trajectories. In a scenario of precarious labor relations, popular

entrepreneurship emerges as an alternative to the absence of formal guarantees. The research adopts a qualitative approach based on Bernard Lahire's (2004) sociological portraits methodology, through semi-structured interviews and participant observation at Shopping Popular Michel Haddad. The technique aims to reconstruct individual trajectories from multiple dimensions of socialization, seeking to understand dispositions incorporated throughout life. It was concluded that given the low level of qualification required for "know-how," street vendors build a work ethic anchored in improvisation and survival.

Keywords: popular entrepreneurship, work, dignity, contemporary capitalism, identity.

Introdução

Esta pesquisa investiga como camelôs de Campos dos Goytacazes constroem sentidos de dignidade em suas trajetórias de trabalho. Em um cenário de crescente precarização das relações de trabalho, o empreendedorismo popular emerge como alternativa à ausência de garantias formais. Interessa compreender como esses trabalhadores, a partir de experiências marcadas por instabilidade econômica, mobilizam as noções de dignidade e autonomia em seus discursos e práticas. Parte-se do entendimento de que o trabalho no Camelô não pode ser apreendido apenas como ocupação econômica, mas como uma experiência social complexa, atravessada por desigualdades, valores morais, expectativas de reconhecimento e estratégias cotidianas de sobrevivência.

O estudo se orienta pela hipótese de que a ética do trabalho duro, embora desprovida de proteção social, confere uma identidade baseada na necessidade de constantes improvisos e criatividade. Trata-se de uma autonomia relativa, marcada por ambivalências, mas que permite aos sujeitos reivindicar reconhecimento social em meio à desqualificação formal.

Adota-se abordagem qualitativa baseada na metodologia dos retratos sociológicos de Bernard Lahire (2004), por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante com camelôs do Shopping Popular Michel Haddad. A técnica visa a reconstruir trajetórias individuais a partir de múltiplas dimensões de socialização (família, escola, trabalho, sociabilidade, lazer, cultura), buscando compreender disposições incorporadas ao longo da vida.

A análise foca nas narrativas dos sujeitos sobre si mesmos e sobre o sentido de seu trabalho, permitindo captar como experiências passadas e contextos atuais moldam suas ações e percepções de dignidade. Ademais, a pesquisa bibliográfica subsidia o debate teórico sobre capitalismo contemporâneo, trabalho digno, empreendedorismo popular, reconhecimento e economia moral da vida sem salário.

A Sociedade do Trabalho no Brasil e a ascensão do empreendedorismo popular

No cenário pós-Segunda Guerra Mundial, implementou-se o Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), sistema financiado por impostos para reconstrução da economia ocidental, com foco no cenário trabalhista europeu. De acordo com Castel (1998), nos países historicamente centrais do capitalismo houve uma situação de quase pleno emprego, seguridade e segurança na vida social. Com isso, a desigualdade de renda diminuiu significativamente em comparação às primeiras décadas do século XX.

Para Gorz (1982), esse sistema – o qual ele compreende como fordismo – era ‘centralmente hetero-organizado’. Em outros termos, havia uma clara noção de hierarquia na relação de produção. Representada pelo vínculo do trabalho formal, essa relação possuía como mediadores diretos e objetivos as leis trabalhistas e a remuneração. Castel (1998) considera essa configuração como a ‘sociedade salarial’, isto é, um processo de ‘desindividualização’, que insere o trabalhador em regimes gerais, regulações públicas do direito do trabalho e da proteção social.

Nesse sentido, o autor interpreta o trabalho como o suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Portanto, há forte relação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade, em especial nos sistemas de proteção social. Esse cenário constitui, inclusive, desafios da perpetuação da coesão social.¹

Entretanto, nos anos 1970 o Estado de Bem-Estar social entra em declínio por motivos como inflação crescente, crises do petróleo, esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista de produção, tendência acentuada às privatizações e queda nas taxas de lucro industrial nos Estados Unidos e na Europa (Antunes, 1999). As tentativas de saída da crise refletiram, inevitavelmente, sobre o mundo do trabalho: a desregulamentação, a flexibilização e o fim de direitos históricos dos trabalhadores muniram o capital para que se adequasse a uma nova fase, a da hegemonia do padrão toyotista de acumulação.

Com a crise da sociedade salarial, o mundo do trabalho assume três novas características, quais sejam: a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade como resposta à flexibilidade e o déficit de lugares ocupáveis na estrutura social (Castel, 1998). Esse novo arranjo amplia a zona de vulnerabilidade da qual trata Castel (1998) e dá origem ao que entendemos como capitalismo indigno, ou seja, “a naturalização, em escala global, do desvalor da vida humana como um todo” (Maciel, 2024, p. 164). Isso ajuda a dar luz à ascensão do chamado ‘empreendedorismo popular’, que aparece como alternativa de sobrevivência em um mundo marcado por ausência de vínculos formais e por forte instabilidade social.

No entanto, essa é apenas uma variante moderna do trabalho autônomo, comum à vida periférica, mas que ganha nova semântica social a partir da redefinição do trabalho passivo e repetitivo como inovador, acompanhada das palavras “faça você mesmo” e do discurso de que somos todos empresários de nós mesmos (Costa, 2024; Souza, 2012).

A classe trabalhadora sempre esteve às margens do mercado, e esse quadro abre portas para validar um conhecimento prático, rentável e útil: a ética do trabalho duro marcada por uma vida sem salário (Souza, 2012; Costa, 2022). Isso significa não somente a ausência de vínculos formais, mas também a “incerteza econômica e a transitoriedade entre empregos mais ou menos precários, imbricados em relações familiares” (Costa, 2024, p. 3).

Em consonância a isso, uma dificuldade significativa da classe trabalhadora é a falta de patrimônio para enfrentar tempos de desemprego, já que “nas famílias pobres, [...] a ausência de patrimônio familiar significa isolamento, quando não se consegue filiar-se ao mercado e se tem à disposição apenas a vontade de trabalhar” (Maciel, 2021, p. 212). Portanto, sob o pano de fundo de um capitalismo indigno, o trabalho dos camelôs representa um recurso moral para sustentar uma identidade baseada na ética do trabalho duro.

¹ Para Castel (1998), a coesão social se refere ao ponto de partida da inscrição dos indivíduos em determinada estrutura social ou sistema.

O espírito empreendedor como fator motivacional na construção da identidade

Diante das anunciadas transformações sofridas no capitalismo há, consequentemente, a ressignificação da identidade do trabalhador na 'sociedade pós-salarial' (Castel, 1998) – sinônimo de Pós-Fordismo para Gorz (1982), de 'modernidade reflexiva' para Beck (1986) e de 'novo capitalismo' para Sennett (2015) – marcada por vulnerabilidade social, precariedade e desemprego.

Como resultado, essa 'sociedade de risco', como propõe Beck (2011), é definida por incertezas fabricadas oriundas de inovações tecnológicas e de respostas sociais cada vez mais aceleradas. Para ele (Beck, 1997, p. 17), essa sociedade seria um "estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial". Uma dessas ameaças é a precariedade mesmo nos países centrais do capitalismo, devido ao processo de "distribuição dos malefícios", que em nada é equitativa; pelo contrário, acentua as desigualdades com o processo de globalização.

Na análise de Sennett (2012, p. 94), a "disposição de arriscar [...] não mais deve ser domínio de capitalistas de risco ou indivíduos extremamente aventureiros. O risco vai se tornar uma necessidade diária enfrentada pelas massas". No entanto, a visão de que o atual cenário de incertezas também é um mundo de oportunidades tem sido adotada em favor das novas formas de trabalho, especialmente aquelas que envolvem a ação empreendedora. Logo, viver em uma sociedade de risco está se tornando não apenas uma necessidade, mas também um ato de virtude e heroísmo.

Contudo, esse contexto é de vulnerabilidade, a qual ameaça a própria sociedade (Sennett, 2012). O 'capitalismo impaciente', como sugere Sennett, "corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo" (2012, p. 24), tendo em vista que são importantes laços sociais para a coesão da sociedade. A flexibilidade causa ansiedade, pois "as pessoas não sabem que riscos serão compensados, que caminhos seguir" (Sennett, 2012, p. 9). Nesta seara, o autor identifica que os novos arranjos determinados pela flexibilização do capitalismo, isto é, pelo capitalismo flexível, desregularam características outrora estruturantes ao modelo capitalista anterior, em especial nas formas pelas quais a acumulação e o controle da classe trabalhadora se efetuaram. Surgem, assim, mudanças nas dinâmicas das relações de trabalho e, por conseguinte, na formação do caráter do trabalhador.

A partir desse desdobramento, Sennett (2009) observa a corrosão do caráter do trabalhador, haja vista que a flexibilidade do tempo requer uma flexibilidade também do caráter, caracterizada pela ausência de apego temporal a longo prazo e pela tolerância com a fragmentação. Para o autor (Sennett, 2009, p. 25), "é a dimensão do tempo do novo capitalismo, e não a transmissão de dados *high-tech*, os mercados de ação globais ou o livre comércio, que mais diretamente afeta a vida emocional das pessoas [...]".

Com isso, a falta de uma perspectiva de longo prazo impossibilita laços fortes dentro de organizações, afetando diretamente a confiança entre os sujeitos que as compõem. Por isso, o curto prazo corrói o caráter do comportamento rígido, já que a orientação durável não faz mais sentido para manter as contemporâneas relações sociais. Valores como lealdade, compromisso e propósito não servem mais como referência de expectativa e conduta social (Sennett, 2009).

Percebe-se um novo olhar da administração no cotidiano organizacional, que atua moralmente na vida do trabalhador. A reestruturação das empresas nos moldes do novo capitalismo institui, na cultura organizacional, outro tipo de relação capital-trabalho. O fluxo de mão de obra global modifica os padrões profissionais, isto é, a vulnerabilidade e a precariedade no mundo do trabalho já estão postas, já que "[...] a psique permanece num estado interminável de vir a ser –

um eu jamais acabado. Nessas circunstâncias, não pode haver uma narrativa de vida coerente, um momento esclarecedor de mudança iluminando o todo” (Sennett, 2009, p. 159). Assim, a narrativa do tempo se coloca em modificação diante das transformações do capitalismo de acumulação flexível, diretamente no que tange aos aspectos do ambiente de trabalho, pois,

[...] um eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências de trabalho de curto prazo, às instituições flexíveis e ao constante correr de riscos. Mas há pouco espaço para compreender o colapso de uma carreira, se se acredita que toda história de vida é apenas uma montagem de fragmentos. Tampouco há qualquer espaço para avaliar a gravidade e a dor do fracasso, se o fracasso é apenas mais um incidente (Sennett, 2009, p. 160).

Esse cenário está indissociavelmente articulado às relações de trabalho, tornando o caráter do trabalhador cada vez mais flexível e fragmentado, o que, alinhado à falta de confiança e compromisso mútuos, aniquila qualquer possibilidade de ação transformadora por meio de um empreendimento coletivo (Sennett, 2009), já que “[...] um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo” (Sennett, 2009, p. 176).

De forma bastante particular, Gorz (2004) compreende que as modificações tecnocientíficas típicas do pós-fordismo, com destaque ao potencial das novas tecnologias de informação e comunicação, colocam o homem em uma centralidade histórica peculiar, distinguindo-se no processo produtivo como recurso humano, pois “o homem-capital-mais-precioso só é homem se pode funcionar como capital” (Gorz, 2004, p. 14). Para o autor, a principal característica desse sistema é ser ‘auto-organizador centrado’. Nesse sentido, o vínculo formal de trabalho assalariado sofre uma ruptura eterna, e em seu lugar nascem as pequenas unidades produtivas estudadas por Offe (1989), isto é, o advento do trabalho informal, que quase sempre é sinônimo de precariedade, marcada por instabilidades e insegurança moral e material.

Logo, nota-se que a interação social e a busca da formação da identidade está articulada em um complexo mundo do trabalho que se transforma e modifica formas vigentes de proteção social, sendo tal cenário determinado “pela instabilidade, volatilidade, flexibilidade, inconsistência, inconsistência que produz em todos os campos, no material e imaterial, o pós-fordismo produz também as condições ideológicas e culturais de sua dominação sobre os trabalhadores ‘implicados’” (Gorz, 2004, p. 53).

A partir disso, constrói-se no indivíduo a figura de um ser comprometido com a incerteza, sem medo das possíveis adversidades e pronto para a aventura. Se no século XIX houve uma demarcada caracterização da disciplina para compor a concepção ‘tayloriana’ e ‘fordiana’, atualmente a palavra de ordem está centrada na autonomia do trabalhador, que anseia cada vez mais pela gestão do próprio tempo, recorrendo, por vezes, a uma vida sem salário ao tentar se ajustar a uma modernidade que não foi feita para prestigiar a classe trabalhadora.

Entendendo aqui a ideia de autonomia como a direção de si, o que está no cerne da questão é a busca utópica por uma liberdade ainda que seja sinônimo da fuga temporária de um emprego potencialmente indigno (Costa, 2022). Como trabalho indigno, definimos aquele que, para além de ser relacionado à vulnerabilidade material, constitui-se como sinônimo de “trabalho socialmente desqualificado, no sentido que, para além da desqualificação formal, derivada da ausência de diplomas, certificados e saberes reconhecidos como socialmente úteis, este tipo de trabalho é moralmente desqualificado através de estigmas intersubjetivos” (Maciel, 2021, p. 312).

Para o sujeito batalhador, como trata Souza (2012), esse novo mundo em que impera a flexibilidade significa viver de improviso e se adaptar em condições instáveis. E viver de impro-

viso abarca trabalhar quantas horas forem necessárias e no ramo que for necessário para pagar as contas. Ademais, “a qualificação informal é típica dos batalhadores: trata-se do saber popular, praticado nos pequenos comércios familiares da economia popular e familiar, adquirido geralmente com os pais, ou sozinho” (Maciel, 2021, p. 237-238). Para os camelôs, essas circunstâncias abrangem, para além de desafios financeiros, um desafio moral de cumprir com as regras do acordo meritocrático, o que demonstra um *ethos* próprio de trabalho duro.

O empreendedorismo popular em Campos dos Goytacazes como garantia da dignidade

A pesquisa empírica realizada em 2025 no Shopping Popular Michel Haddad, em Campos dos Goytacazes, ilustra de maneira vívida a zona de vulnerabilidade de Castel (1998). Por meio da metodologia dos retratos sociológicos de Lahire (2004), foi possível reconstruir trajetórias individuais de camelôs, que giram em torno de improvisos cotidianos, condições econômicas instáveis e tentativas incessantes de sustentar um patamar mínimo de dignidade e autonomia.

A construção de retratos sociológicos permite compreender, em escala microsociológica, a multiplicidade de disposições incorporadas pelos sujeitos em diferentes contextos de socialização (Lahire, 2004). Ao aplicar essa abordagem qualitativa, viabilizou-se a reconstrução de histórias de vida marcadas por improvisos e vulnerabilidades. De acordo com Lahire (2004, p. 22),

Uma disposição só se revela por meio da interpretação de múltiplos traços, mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado, sejam eles produto da observação direta dos comportamentos, do recurso ao arquivo, ao questionário ou à entrevista sociológica.

O foco recai sobre narrativas de camelôs que, cotidianamente, articulam um “saber fazer” ancorado no trabalho duro e na necessidade constante de se reinventar. Nesse espaço, as qualificações identificadas são os recursos de força física e inteligência, mobilizados pela necessidade humana de sobrevivência e autopreservação. Destacamos que essa inteligência está em “transformar qualquer mercadoria em lucro, qualquer dificuldade em disposição para trabalhar” (Maciel, 2021, p. 263). Essa plasticidade, visível nas falas dos interlocutores, reflete um saber prático que constitui uma moral própria do trabalho.

Para os camelôs entrevistados, o trabalho assume centralidade não apenas como fonte de renda, mas como elemento estruturante de uma identidade que se baseia na incerteza e na ética do trabalho duro (Souza, 2012; Maciel, 2014). O sentido do trabalho aparece recorrentemente associado à ideia de autonomia e de dignidade, no sentido de ser honesto, poder pagar as contas sem depender de terceiros ou do próprio governo, e não precisar se subordinar a rotinas exaustivas.

Com isso, a dignidade do trabalho, nos discursos analisados, não está necessariamente vinculada às condições objetivas de formalização, como carteira assinada ou acesso a direitos trabalhistas. Ao contrário, a dignidade é frequentemente interpretada como inerente ao esforço despendido e associada ao ‘ganhar o pão de cada dia’ por meio do próprio trabalho, ainda que sob condições adversas, como esclareceu Rúbia.

O sentimento de autorrealização e reconhecimento, por sua vez, está profundamente enraizado na autonomia conquistada. Sílvia, que adentrou o mercado de trabalho após décadas como dona de casa, opina que o trabalho é, acima de tudo, um ato de independência ao

garantir seu sustento sem a necessidade de recorrer a terceiros, sejam eles o marido, os filhos ou o governo. Assim, ela se torna, para si mesma, uma vitoriosa.

Eva reforça essa percepção. Para ela, que deixou o regime CLT para empreender, o trabalho é um elemento de engrandecimento pessoal e moral. Isso esclarece a valorização do 'suor' e da 'luta', que elevam o valor de qualquer conquista, transformando-a em um símbolo de resistência e identidade.

Contudo, a realidade do Camelô também é marcada pela frustração e pela sensação de que este trabalho é uma contingência, não uma escolha de vida. A entrevista com Antônio, camelô acometido por um coágulo no cérebro, revela que, para alguns, o empreendedorismo popular é o que resta quando todas as outras portas de emprego formal se fecham, sendo a única alternativa viável para evitar o desamparo total, mesmo que à custa da realização profissional.

De forma semelhante, José, formado em nível superior, vê o Camelô como um refúgio forçado. Ele valoriza o ato de trabalhar, mas não seu ramo atual. A dignidade, neste caso, é resgatada pela capacidade de sustentar a família, apesar de seu trabalho não condizer com sua formação ou aspirações.

Apesar dos contrastes, a função mais primária e universal do trabalho é a sobrevivência. Para Antônio, não há propósito em seu trabalho além de comer, beber e pagar as contas básicas. Aqui, o trabalho não é veículo para ambições, mas uma ferramenta para honrar o básico. Essa noção é endossada por Elisa, para quem a ausência de grandes ambições não diminui o valor do trabalho, mas o simplifica a uma meta mais palpável em um ambiente de incertezas.

Em algumas entrevistas, percebi que o trabalho no Camelô adquire uma função social e terapêutica. Para Tainara, sua banca se tornou um refúgio e uma fonte de motivação após a perda de um de seus filhos. O contato direto com o público em sua rotina oferece um propósito e uma forma de distração que a ajuda a lidar com o luto.

Leandro, artesão entrevistado, apresenta outra faceta dessa relação entre trabalho e dignidade. Para ele, "meu trabalho é a minha terapia, é onde eu tiro a minha força, pra lutar". Essa afirmação reforça a ideia de Lahire (2004) de que disposições individuais se constroem na articulação entre passado e presente, formando práticas que não apenas asseguram a sobrevivência, mas conferem sentido existencial à vida. No caso de Leandro, a produção artesanal é mais que ocupação: é também resistência cultural e afirmação de identidade. Nesse sentido, ele conecta sua produção artesanal com uma noção de dignidade vinculada ao sentido existencial de seu trabalho.

O improviso, por sua vez, constitui recurso cotidiano de sobrevivência. Elena relata estratégias de negociação com clientes, como oferecer descontos imediatos para não perder a venda, reconhecendo que "tem que saber atender... às vezes você num tá com os seus cem, mas cê pode tá com uns oitenta, vou fazer procê a oitenta". Esse jogo de adaptação reforça o caráter da constante flexibilidade típica dos "batalhadores", que se mostra sinônimo de improviso e criatividade.

As entrevistas revelam ainda a dureza dos períodos de queda nas vendas. Elena menciona meses como janeiro e maio, em que o espaço do camelô é "muito parado, parado mesmo", e Leandro afirma viver atualmente a "pior parte" de sua vida de rua, em razão da redução da procura pelo artesanato. Aqui, as redes familiares, a fé e os improvisos se demonstraram fundamentais para o enfrentamento de tais instabilidades.

Os relatos também revelam tensões entre autonomia e precariedade. De um lado, os camelôs experimentam certa liberdade em gerir seu tempo e seus ganhos. De outro, essa autonomia se demonstra relativa, pois vem acompanhada de instabilidades, ausência de direitos e alta competitividade.

Logo, a pesquisa empírica permitiu identificar como disposições herdadas da infância, da vida escolar incompleta e das experiências de trabalho precário orientam sua vida batalhadora. O empreendedorismo popular, nesse caso, é menos um projeto de emancipação plena e mais uma estratégia de sobrevivência que garante reconhecimento social mínimo.

Verificou-se, portanto, uma moral própria do trabalho, que valoriza o esforço e a criatividade frente à precariedade. Longe de romantizar o empreendedorismo popular, este estudo revela, para além de certo reconhecimento social, a precariedade, a competitividade e um discurso apreendido em um mundo onde o preço da autonomia é a polarização entre aqueles que podem associar individualismo à independência e aqueles que vivenciam a individualização como falta de vínculos e de proteções sociais (Castel, 1998).

Para compreensão da aceção do trabalho digno, percebemos aqui a existência de um trabalho autônomo digno (Maciel, 2021). Ele se manifesta não apenas na capacidade de autogestão das tarefas e horários, mas também na construção de uma dignidade sustentada pela resiliência e pela 'garra' diária, capaz de conferir sentido e valor à própria trajetória. Em outros termos, mesmo com as dificuldades materiais típicas deste tipo de trabalho, ele oferece uma condição mínima de dignidade necessária para que o indivíduo tenha respeito e autoestima.

Considerações finais

Este estudo permitiu compreender como a dignidade se constrói nos camelôs batalhadores em tempos de capitalismo indigno. O empreendedorismo popular nasce como mais uma inventividade forçada na ausência de vínculos formais, com a esperança utópica de governar seu próprio tempo e de fugir de eventuais empregos mal remunerados e, por vezes, indignos.

A crise da sociedade salarial, diagnosticada por Castel (1998), e o avanço do neoliberalismo, com suas políticas de desregulamentação e austeridade, desmantelaram o pacto de proteção social que antes alicerçava o trabalho assalariado. Esse contexto ampliou a zona de vulnerabilidade, onde os laços são enfraquecidos e o empreendedorismo popular se apresenta como uma rota de fuga contra a indignidade.

Torna-se possível verificar certo grau de autonomia, pois não há a figura de um patrão (na maior parte dos casos), horários rígidos ou subordinação explícita a uma empresa, permitindo que o camelô determine seu próprio ritmo e suas estratégias. Contudo, trata-se de uma autonomia relativa porque essa liberdade está limitada a fatores como rotinas exaustivas (contrastando com a fuga esperada de empregos regidos pela CLT), forte concorrência (tanto on-line quanto no próprio Camelô), dependência de fornecedores, e a incerteza de horários e renda. Neste caso, a liberdade de gerir o próprio tempo se deve ao risco, não necessariamente à garantia, e esta é a contradição insolúvel do empreendedorismo popular: um projeto de autonomia que só pode ser realizado em condições de vulnerabilidade. É necessário 'começar de baixo' para cumprir com as regras do acordo meritocrático.

A dignidade neste contexto é uma conquista cotidiana e, para os indivíduos entrevistados, está menos ligada à estabilidade salarial e mais à capacidade de autossustento e de provimento familiar. Portanto, embora esse trabalho envolva instabilidades, identificamos um patamar mínimo de dignidade e relativa autonomia, ambas alcançadas por meio de suor, inteligência, força física, mas não como uma saída, e sim como uma falta dela.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BECK, Ulrich. Sobre a lógica da distribuição de riqueza e da distribuição de riscos. In: *Sociedade de risco: rumo a outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 23-60.
- _____. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, Henrique Bosso da. Da vida sem salário ao empreendedorismo popular. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 12, 2024. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/1029>. Acesso em: 05 ago. 2025.
- _____. *Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano*. 2022. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1243205>. Acesso em: 06 ago. 2025.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: variações e disposições individuais*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MACIEL, Fabrício. *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- _____. Trabalho e vulnerabilidade: a questão social na obra de Robert Castel. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 2, p. 113-128, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20140021..> Acesso em: 19 maio. 2025.
- _____. Capitalismo indigno: do estado de bem-estar à ascensão da extrema direita. In: ESTANQUE, Elísio; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; MACIEL, Fabrício (Orgs.). *Re-trabalhando as classes no diálogo Norte-Sul: trabalho e desigualdade no capitalismo pós-covid*. São Paulo: Unesp, 2024. p. 163-187.
- OFFE, Claus. "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/131381313/Claus-Offe-Trabalho-Categoria-sociologica-chave>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*.
Belo Horizonte: UFMG, 2012.